

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-02-2019.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Rafão Oliveira. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 001/19 (Processo nº 0010/19), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Resolução nº 039/18 (Processo nº 1393/18), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/18 (Processo nº 1370/18), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 159/18 (Processo nº 1355/18), de autoria de Márcio Bins Ely e outros; e o Projeto de Resolução nº 041/18 (Processo nº 1407/18), de autoria de Paulo Brum. Após, foi apregoado documento firmado por Márcio Bins Ely (Processo SEI nº 037.00018/2019-01), informando, nos termos do § 6º do artigo 227 do Regimento, sua participação, nos dias cinco e seis de fevereiro do corrente, na 1ª Reunião da Comissão para Assuntos Parlamentares do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, em Brasília – DF. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel (Processo SEI nº 033.00010/2019-31), deferido pela Presidente, solicitando representar externamente este Legislativo, no dia sete de fevereiro do corrente, em solenidade de outorga da Comenda Sepé Tiarajú, concedida pela Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga – RS. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Cláudio Conceição, Prof. Alex Fraga, Cláudio Janta, Roberto Robaina, João Bosco Vaz, Moisés Barboza, André Carús, Mauro Pinheiro e Cassiá Carpes. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral, 2ª Sessão, esteve o Projeto de Resolução nº 014/18 (Processo nº 0708/18), discutido por Moisés Barboza, Adeli Sell, Cláudio Janta, Idenir Cecchim, Prof. Alex Fraga, Cassio Trogildo e Hamilton Sossmeier. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18 (Processo nº 0857/18), discutido por Prof. Alex Fraga. Na oportunidade, foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18, por cinco votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa,

Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18, por sete votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/18, por vinte e dois votos SIM e cinco ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira e Reginaldo Pujol e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassiá Carpes, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/18 (Processo nº 1299/18), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/18 (Processo nº 1168/18), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 103/18 (Processo nº 1406/18), após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga, Lourdes Sprenger e Nelcir Tessaro. Em Discussão Geral, 1ª Sessão, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/17 (Processo nº 1101/17). Na oportunidade, Mônica Leal afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 305/17 (Processo

nº 2762/17). Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 305/17. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/18 (Processo nº 0534/18), o qual, após ser encaminhado à votação por José Freitas, Cláudio Janta, Aírto Ferronato, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes e Idenir Cecchim, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum. Durante a Sessão, Cláudio Janta manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de João Antonio Dib, ex-vereador deste Legislativo. Às dezessete horas e um minuto, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Marcelo Sgarbossa, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Reginaldo Pujol e Mauro Pinheiro e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do ex-vereador João Antonio Dib. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssima Presidenta Mônica, caríssimo João Antonio Dib, saudade de V. Exa., saudade dos bons debates e do seu sempre recorrente “Saúde e Paz!”. Hoje, vou falar de paz, mas não me peçam para que seja conivente com as inverdades, as lacunas e as questões que o prefeito, ontem, inventou para um almoço com os empresários na Associação Comercial de Porto Alegre. Obrigado ao nosso líder Marcelo Sgarbossa, assim eu posso usar esta tribuna em liderança do Partido dos Trabalhadores, Robaina, para dizer que ontem o prefeito foi num almoço na Associação Comercial de Porto Alegre – ACPA, que, diga-se de passagem, anda às turras com a Federasul. O prefeito faltou com a verdade, o prefeito falou do Plano Diretor, dizendo que não encontrou alguém na SMAMS, e quem modificou a SMSURB, passando parte do planejamento para a SMAMS, foi o prefeito, que disse que não encontrou pessoas para coordenar, para tocar o Plano Diretor. Prefeito, não é verdade! Essa discussão corre há tempos. O ex-presidente desta casa, o Cassio Trogildo, trouxe técnicos da SMAMS aqui, na sua gestão, chegamos a discutir o que estava sendo feito e sendo realizado. O prefeito não conhece os seus servidores, nós temos dezenas de servidores que têm conhecimento profundo da Cidade, do seu Plano Diretor. Por que o prefeito não visita as instituições? Por que não busca na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das mais antigas faculdades de arquitetura e urbanismo do país, que tem conhecimento técnico, profissional de altíssima qualidade? Onde está a biblioteca da antiga SPM? Digam-me, líderes do governo, onde foi parar a biblioteca da SPM, uma das mais consultadas deste País, onde tem acúmulos multivariados na área do urbanismo? As experiências que temos, como a da Professora Célia Ferraz, que analisa um livro magnífico, o Plano de Melhoramentos, de 1914, que serviu de parâmetro para a construção de uma Porto Alegre moderna? Onde está o

diálogo? O prefeito fala, inclusive, em picotar o Plano Diretor, em apresentar por partes? Mas que ideia de jerico é essa? Com todo respeito, isso é ideia de jerico, não é de um prefeito, não é de um estadista! Não é de um estadista falar uma barbaridade dessas sobre o Plano Diretor, é de alguém que desconhece o que é um plano diretor de uma cidade.

Eu estou escrevendo, amanhã vou mandar um bilhete para o Sr. Governador Eduardo Leite colocando a questão da Região Metropolitana, porque precisamos também de um plano diretor das Regiões Metropolitanas. Concordo se a Prefeitura fizer o plano de mobilidade até abril, que é a data-limite, com base no que foi feito até agora, não há nenhum problema, não vou criticar, a vida é assim. Agora, falar essas barbaridades do Plano Diretor numa reunião da Associação Comercial de Porto Alegre? O prefeito nos chamou de bundões. Aqui não tem bundão não, prefeito! Aqui tem gente que pensa, aqui tem gente que dialoga com a Cidade! Já coloquei anteontem desta tribuna e coloco de novo: esta Casa montará, como sempre fez, a sua Comissão Especial do Plano Diretor, e nós vamos nos debruçar sobre Porto Alegre. Nós vamos pegar o Plano de Melhoramentos, do João Moreira Maciel, de 1914; vamos pegar os Planos de 1959, de 1979, de 1999 e a revisão de 2010. Vamos estudar, vamos ao IAB, ao Sindicato dos Arquitetos, ao Senge, ao SERGS e, principalmente, às universidades. Os catedráticos, os professores, os estudiosos estão na UFRGS, na UniRitter, na PUC, na Unisinos, na Fadergs, todas têm curso de arquitetura. Viva Porto Alegre e um novo Plano Diretor ousado, transparente. Prefeito, por favor, não falte com a verdade mais uma vez, foi vergonhoso! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, presidente; boa tarde, senhores vereadores e todos aqueles que se fazem presentes neste plenário, e àqueles que nos assistem pela TVCâmara. Eu fui surpreendido, nesta manhã, quando abri o jornal Zero Hora e observei uma polêmica que começa a se criar a respeito do projeto de lei de um colega, do Ver. Marcelo Rocha, suplente do PSOL, sugerindo a retirada dos símbolos religiosos dos estabelecimentos comerciais. E um dos fundamentos a respeito dessa retirada é que o Estado é laico, e, de fato, o Estado é laico, mas não é ateu. Observando mais além essa questão, fui buscar, e a palavra Deus está sustentada na Constituição de 1988. Então, a própria cédula, o papel moeda, que cada um de nós traz consigo, tem a expressão “Deus seja louvado”. Então, vai-se retirar isso da cédula? Vejo com muita estranheza essa atitude do colega, não pelo posicionamento dele, mas porque esta Casa tem demandas demais. A Cidade está atrasada e tínhamos que estar fazendo coisas que são urgentes, urgentíssimas, e estamos, com todo respeito, perdendo tempo com certas pautas. Deveríamos focar na educação, na segurança, na saúde, e, volta e meia, vejo a mídia ou o jornalista Macedo sentando o pau aqui na

Câmara porque os projetos e as pautas são muito pífios, são muito fracos, são muito sem substância. Quero fazer um apelo para que essas coisas, que são muito menores, ficassem de lado, porque é a segunda vez que estão vindo com o mesmo assunto – da outra vez essa pauta já foi derrotada –, e agora, mais uma vez, estão trazendo um assunto que, na verdade, não tem fundamento. A cruz que está aqui colocada no nosso plenário é a convergência, a união de católicos, evangélicos, e até os judeus que poderiam requerer, se calam de uma forma muito sábia, de uma forma pacificadora para não criar essa celeuma. Eu queria pedir a consciência dos colegas para que, se porventura chegar a este plenário essa pauta, que nós venhamos a rejeitá-la e avancemos com jeito em coisas que são muito, mas muito importantes e urgentes para a Cidade, como segurança, saúde, educação e tantas outras coisas que estão por demais atrasadas.

O meu respeito ao Marcelo, mas eu não poderia me calar, eu precisava realmente me manifestar, e como o Bosco bradou lá da sua cadeira, da sua experiência, Deus é um só. Então vamos deixar de lado isso aí. Até porque o próprio Marcelo, como disse nesse texto, ele vem da religião africana. E se nós fôssemos entrar nessa celeuma, os umbandistas, os religiosos das matrizes africanas, quando fazem o seu culto nas ruas de Porto Alegre, pela manhã deixam a sujeira, e o DMLU é quem acaba tendo que fazer depois a limpeza.

Então que a gente seja maior do que essas coisas, porque elas são muito pequenas e acabam atrasando o processo das pautas em que nós precisamos avançar aqui dentro. Muito obrigado, que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Venho em liderança em nome do meu partido, o PSOL, fazendo agradecimentos à Ver.^a Karen e ao Ver. Roberto Robaina, meus colegas de bancada. Como o Ver. Cláudio Conceição fez uso da palavra pela liderança do seu partido, o Democratas, criticando um projeto de um colega da nossa bancada, nosso suplente, Ver. Marcelo Rocha, cabe a mim, na liderança do meu partido, fazer o contraponto.

O Ver. Cláudio Conceição justifica que Deus é único. Para mim, talvez: sou cristão, católico, maioria dentro deste País. E laico significa que o País não é de um, de outros ou da maioria, e sim de todos os brasileiros. Para as religiões de matriz africana não há um Deus único, é uma religião politeísta, ou seja, existem várias entidades denominadas orixás. Essa religião de matriz africana, o Ver. Marcelo Rocha é seguidor, e devo a ele o meu profundo respeito como cidadão desta Cidade, pagador de impostos e um grande contribuinte nas pautas de humanidade que, por ser médico e formado também em direito, contribui significativamente para a nossa população. Portanto, não posso negar que, sim, realmente, a presença de um crucifixo em espaços públicos determina, ou, pelo menos, deixa nas entrelinhas de que este País tem dono. Não todos,

mas que uma maioria pode, sim, colocar seus símbolos religiosos e proferir a sua religiosidade e a sua fé, enquanto outros, que não pensam como esta maioria, têm que se silenciar. Eu acredito que espaços onde há pluralidade de manifestação religiosa deveriam ter espaços também para que pudessem ser expostos orixás ao qual os seguidores dessas religiões cultuam. Portanto, essa é a linha de debate que o Ver. Marcelo Rocha pretende traçar ao propor este tema dentro desta casa legislativa. É um tema importante, porque a independência para o culto e religiosidade é garantida pela Constituição Federal, por isso não é um tema menor.

E já que falamos sobre educação, Ver. Conceição, eu gostaria de convidar a todos os vereadores e vereadoras desta Casa legislativa para comparecer à nossa reunião da CECE, na próxima semana. Nós convidamos a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, porque a Seduc organiza e determina as matrículas das nossas pré-escolas e escolas de ensino fundamental. O problema é que a SMED não está repassando a lista de vagas para a Seduc. O secretário de educação e a sua equipe se apoiam no atraso do término do ano letivo de 2018, por causa da greve, e não liberam a lista de vagas. Isso gera vários problemas; primeiro, sobrecarrega a Seduc, que sem essa disponibilidade de vagas não tem como matricular as crianças na rede municipal, ou seja, ela vai ter que organizar as escolas estaduais para receberem todos os alunos da escola pública e depois – isso orientação da SMED para as administrações das escolas – , em março ou abril, essa criança é transferida do Estado para o Município; olhe, por favor, Ver. Conceição, o transtorno que está sendo gerado para as famílias: matricular numa escola estadual e, depois, com o ano letivo correndo, transferir essas crianças para o Município! Isso é desumano, isso é cruel, isso é perda de tempo precioso dessas famílias e dessas crianças. Existem outros problemas envolvidos, mas vamos tratar com muito cuidado e muita atenção na nossa reunião da CECE da semana que vem. Eu convidei o secretário Adriano Naves de Brito, assim com o fiz para reunião de ontem da CECE. Ontem ele não pôde comparecer. Eu espero que, devido à gravidade do tema, o secretário se digne a aparecer na terça-feira que vem ou, pelo menos, mande representação, Ver. Mauro Pinheiro, porque o secretário não veio ontem e não designou ninguém da SMED para comparecer. O assunto é de extrema gravidade: matrículas escolares são a porta de entrada para o ano letivo, e a SMED não pode alegar que, não concluído um ano, não pode liberar o número de vagas para o ano seguinte. Isso é uma questão de organização. Eles sabem quantas turmas têm, quantos alunos estão matriculados e podem prever o que vai acontecer no seguinte. Isso é uma questão de organização. Se não há organização na Secretaria Municipal de Educação desta Cidade, que o prefeito repense e organize, primeiro tirando quem comanda esta pasta tão importante que está sendo mal conduzida. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu queria seguir falando do tema da educação, um tema que hoje está nos jornais – do ano de 2017 para o ano de 2018 tivemos um índice de 100 mil pessoas que abandonaram as escolas no Brasil. Vocês imaginem 100 mil pessoas contaminadas com a gripe A; 100 mil pessoas contaminadas pelo vírus ebola; 100 mil pessoas transmitindo qualquer doença num país. Ver. João Bosco Vaz, 100 mil pessoas, no de 2017 para 2018, deixaram as escolas no Brasil – 100 mil pessoas abandonaram, sumiram! E ficou por isso mesmo. Não se sabe para onde foram e o que aconteceu com essas pessoas: se elas arrumaram emprego, ou se se mudaram do Brasil, ou se morreram – são 100 mil pessoas.

Mas o mais grave de tudo é que o ensino fundamental foi ampliado: vai até o nono ano. E aí nós temos as escolas de tempo integral. Em 2017, nós tínhamos 4,2 milhões de crianças matriculadas na escola de ensino fundamental de tempo integral, no Brasil. Em 2018, baixou para 3,1 milhões, sumindo 1,1 milhão de crianças das escolas de tempo integral no Brasil. E nada! Exclusivamente nada foi feito pelo governo federal. Eu achava que o governo federal que passou... E eu condeno, como condenei no início desta semana, o meu partido por ter apoiado esse governo federal que passou, pois ele tirou direitos dos trabalhadores; botou o maior juro da história do Brasil e o maior número de impostos – nós pagamos trilhões de impostos neste País –, mas o maior crime que esse governo fez foi tirar 1,1 milhão de crianças das escolas de tempo integral, e não justificou, não fez nada para que 10%, 20%, 30% dessas crianças retornassem para as escolas – isso é um crime para um país! Enquanto vemos outros países fazendo processo inverso do nosso, como o Paraguai, Uruguai, Coreia, nós retrocedemos. De que adianta falar em projetos? O juiz Moro apresentou, ontem, três projetos, bah, maravilhosos! Acabar com o direito das pessoas de ter liberdade condicional, botar todo mundo na cadeia de imediato e não sei mais o quê. Mas e o 1,1 milhão de pessoas que não estão nas escolas serão o quê? Um milhão e cem mil crianças abandonaram as escolas de tempo integral no Brasil. Isso é o maior exército no mundo, maior que o exército americano, maior que o exército inglês, maior que o exército chinês, eu acho. Um milhão e cem mil crianças abandonaram as escolas no Brasil, no período de 2017 para 2018. E o governo não viu, Prof. Alex. O governo federal, o Ministério da Educação não viu; não viu e não sabe onde estão essas crianças. Então, nós vimos aqui fazer esse grande alerta, vamos encaminhar um documento para esta Casa, para que cobre do Ministério da Educação onde foram parar essas crianças, onde foram parar essas vagas. Nós temos a convicção de saber que os países se desenvolveram e cresceram investindo em educação e não vamos admitir um retrocesso, um atraso, não investindo em educação. Isso não é poupar, isso não é fazer um país decente, um país voltado para as pessoas. Se o nosso povo não for educado, com certeza, nós vamos ficar milhares e milhares de anos discutindo soluções e saídas para a segurança pública. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste aqui Plenário, pela TVCâmara. Nós estivemos ontem, pela liderança da oposição, no caso específico, este Vereador e o Ver. Marcelo Sgarbossa, nos reunimos, Ver. Mauro Pinheiro, liderança do Governo aqui na Câmara, com o Procurador-Geral Geraldo da Camino. Nós conversamos com o Procurador do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino, que, como todos sabem, aqueles que estão acompanhando a situação da Cidade neste início de ano, propôs, para o Tribunal, a realização de uma inspeção especial sobre a situação do DMAE. Todos viram o caos e desrespeito com a população de Porto Alegre por conta da falta d'água, a falta d'água em bairros inteiros – população da Lomba, da Tinga, partes da Restinga –, e é muito grave isto: num calor insuportável faltar água. Eu tenho acompanhado esse problema da água desde início do meu mandato. O que temos visto é um desmonte crescente do DMAE.

Qual é a preocupação? Ideologicamente, o Prefeito Marchezan sustenta a ideia de privatização, a ideia de que “o que é bom é só aquilo que é gerenciado por empresários”, quase que desqualificando o serviço público. Qual é o risco de tudo isso? O Prefeito Marchezan começou na sua gestão, antes mesmo de administrar, a fazer a profecia de que uma empresa como o DMAE teria problemas. Então, parece que é a aplicação da profecia autorrealizável, assume dizendo que uma autarquia vai ter problema, faz um gerenciamento incompetente dessa autarquia, então, evidentemente, vai ter problema na autarquia.

A inspeção que o Ministério Público de Contas pede – e o Tribunal acatou, deferiu o pedido de inspeção especial – é por conta do desmonte dos quadros do DMAE. Há uma defasagem de 56% nos quadros do DMAE, é muito grave, e já faço a leitura de parte desse pedido de inspeção: “Há uma grave deficiência no quadro de pessoal do DMAE, situação que gera riscos para prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água, bem como de coleta e tratamento de esgoto sanitário em Porto Alegre”. O grave, Ver. Bosco, é que, no pedido de inspeção do procurador do Ministério Público de Contas diz que uma das causas do problema da deficiência do pessoal reside na interferência do Poder Executivo na autonomia financeira e administrativa do DMAE. Entende-se necessário, diz o Ministério Público de Contas, explicitar a situação de submissão em que se encontra a autarquia frente à administração centralizada. E essa subordinação, Ver. Oliboni, é contra a lei, porque a lei prevê a autonomia do DMAE, e o governo municipal tem desrespeitado a lei, vem editando atos normativos que ferem a Lei Municipal nº 2.313/1961 e viola a autonomia da autarquia. O decreto municipal que o governo fez veda a admissão ou contratação de pessoal efetivo no âmbito da administração pública direta e indireta. É gravíssimo esse caso. Nós temos, dos 3.634 cargos existentes no DMAE, 2.056 vagos. Ao contrário do discurso do governo de inchaço numa autarquia como o DMAE, há falta de pessoal. E quando há falta de engenheiros, quando há falta de técnicos, quando o serviço é feito...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...quando o serviço é feito baseado em horas extras, em estafa da classe trabalhadora, em superexploração, é evidente que esse tipo de serviço não pode ser feito com a qualidade necessária. Isso significa o desmonte do DMAE e isso tem que parar. O governo municipal tem que parar de atacar o serviço público. A Câmara de Vereadores – esse é um apelo que faço, não é um apelo da oposição, é um apelo a todos os Vereadores – tem que debater a situação do DMAE. Nós temos que chamar os engenheiros, os técnicos, a direção do DMAE para apurar os problemas do DMAE. O Ministério Público de Contas e o Tribunal de Contas estão cumprindo a sua obrigação; a Câmara de Vereadores deve cumprir também. Esse é um apelo que nós fazemos como oposição ao conjunto dos Vereadores e Vereadoras da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu queria fazer um pedido de esclarecimento. No mês passado ou retrasado, foi inaugurado o restaurante aqui da Casa; e o restaurante continua fechado. Então, acho que nós temos que tratar com mais seriedade as coisas nesta Casa já que existe uma lei do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Fernanda Melchionna que proíbe de inaugurar obras inacabadas. Nem mesa tem no restaurante; os *freezers* e geladeiras estão aqui, debaixo da escadaria. Queremos saber quando é que vai funcionar o restaurante inaugurado, porque há a necessidade para todos nós nesta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Cláudio Janta, por uma questão de esclarecimento, nós estamos no dia 6 de fevereiro, eu recebi essa obra do restaurante que estava sendo terminada, está sendo concluída. Tão logo seja concluída, ficou de ser inaugurada. A inauguração está marcada por volta do dia 15 de fevereiro; então será dia 12, 13, 14 ou 15. Será amplamente divulgada a data da inauguração, porque todos nós necessitamos de um restaurante.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não precisava, mas eu vou repetir aqui, porque todos sabem da minha posição em relação ao DMAE: o DMAE é o órgão ligado à Prefeitura Municipal mais rentável que o governo municipal tem. Não fosse isso, lucros de R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões, R\$ 600 milhões... Aliás, a vida toda o DMAE ajudou os prefeitos a pagarem a folha de pagamento, e ainda hoje poderia ajudar, mas o prefeito Marchezan não quer fazer o caixa único – que todo mundo faz, que não é irregular. A questão da água é uma questão estratégica, como também é a

iluminação. Mas no projeto da iluminação nós perdemos aqui, nós perdemos em relação à terceirização. E mais: vai ser licitada a empresa que vai tomar conta, e vai ser licitada uma outra empresa para fiscalizar o trabalho dessa empresa, e o DIP foi deixado de lado, o que demonstra que o DIP está caminhando para a extinção ou para o desmonte total, porque se terceiriza e se tem o Departamento de Iluminação Pública; o DIP então vai fiscalizar. É óbvio! O Ver. Cassio, que foi secretário, sabe da competência que o DIP desempenha, outros aqui foram Secretários de obras.

Aí vem essa questão do DMAE. Não tem como justificar essa tal de parceria público-privada, se o órgão público é rentável e dá lucro. Quer dizer que nós vamos nos desfazer do que dá lucro, e a Prefeitura vai continuar correndo atrás de empréstimos.

Em relação a essa falta de água na Lomba do Pinheiro, eu discordo um pouco dos vereadores que me antecederam e que analisaram essa situação. Isso aí não é só no Governo Marchezan. Eu não estou defendendo o Marchezan, vocês sabem a minha posição com relação ao Governo. Faltou água nos governos do PT, no governo do Fogaça, no governo do Fortunati, está faltando no governo do Marchezan e vai faltar no teu governo, Robaina, se tu fores prefeito. Vai faltar água no governo de qualquer outro, pois ou se faz o investimento que se precisa fazer e que os outros prefeitos não fizeram... E essa estrutura que aí está é uma estrutura antiga, e, infelizmente, a todo verão, com um calor insuportável, as comunidades mais carentes e distantes, como na Lomba, sofrem muito com a falta de água. Agora não dá para usar isso – e eu estou dizendo que faltou também água para outros prefeitos – por que a leitura macro que estou fazendo é de que estão querendo fazer isso para dizer: “Viram? Nós temos que entregar o DMAE.” Mas não é isso! Porque com todos os outros prefeitos foi a mesma situação. E nenhum prefeito vendeu o DMAE ou fez parceria público-privada com o DMAE.

Então, é o seguinte: não é culpa do prefeito Marchezan. Com os outros prefeitos, com o prefeito Dib deve ter faltado, com o prefeito Villela deve também ter faltado e com os próximos vai faltar. Agora, não me usem isso para dizer: “Olha, está faltando lá, nós só podemos botar água lá se fizemos a parceria público-privada”. E vou deixar claro aqui, o meu voto é “não”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, é a primeira vez que subo à tribuna depois do nosso recesso, quero saudar os nossos colegas que estão aqui na Casa nesta legislatura, um grande abraço. Espero que a gente aprenda, a cada dia, juntos aqui. Mas subo à tribuna para falar sobre as boas notícias. Nós estamos acompanhando pelos veículos de imprensa e pelas redes sociais, em relação ao Cais Mauá, o que está sendo chamado pelo presidente da empresa como degustação, aperitivo, que esteve em várias mãos, em várias décadas. São 25 anos, se

não me engano, de luta, de discussão sobre a utilização do Cais Mauá, e a gente espera que em março, no aniversário da nossa Cidade, nós tenhamos um espaço muito importante desse novo momento da cidade de Porto Alegre, que parece que resolveu, de uma vez por todas, acolher e ser acolhida, abraçar o lago Guaíba. Então, não é o projeto de um governo, não é um político, não é um partido, acho que a maioria, talvez a totalidade dos partidos daqui tiveram participações nesses projetos da orla, e agora teremos ali – se Deus permitir, e que nós façamos a nossa parte aqui como legisladores – um espaço ali ao lado da Usina do Gasômetro, com estacionamento para centenas de carros, que a gente possa ter um ambiente como hoje existe ali no Pontal – será um pouquinho diferente –, que a gente comece realmente a vislumbrar o grande ganho, o grande potencial que Porto Alegre tem. Como gancho, gostaria de alertar e pedir a ajuda desta Casa, porque protocolei um projeto de política municipal do lago Guaíba. Ainda teremos oportunidades para discutir, mas é importante que a Cidade também entenda que o nosso Plano Diretor pode ter uma ou outra previsão, não só por causa da questão da hidrovía, mas também pelas questões de compartilhamento de embarcações, de estrutura de apoio náutico. Peço, este ano, já que é a primeira vez após o nosso período de recesso que eu uso a tribuna, a parceria de todas as bancadas, de todos os vereadores, para que a gente possa se debruçar, fazer debates profícuos, para que a gente entenda as necessidades e o grande ganho que a Cidade terá desenvolvendo uma política municipal para o lago Guaíba.

Quero saudar o governo do Estado, a Prefeitura e saudar também todos os outros governos que contribuíram para que essa realidade estivesse pronta, amadurecida para que a população de Porto Alegre e as próximas gerações tenham uma capital muito melhor para se viver. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; vou usar o tempo de liderança do nosso partido para abordar, de maneira bem objetiva, dois assuntos. O primeiro é em relação ao DMAE, que já pautou aqui as falas dos vereadores Robaina e João Bosco Vaz. Ontem, nós aprovamos, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, junto com os demais colegas que integram a Comissão da qual sou Presidente, que no próximo dia 12, terça-feira, às 10h – que é o dia em que se realizam as reuniões ordinárias da COSMAM –, nós, no Plenário Ana Terra, vamos fazer um debate sobre um problema recorrente nos últimos anos: a falta de água em Porto Alegre. É uma oportunidade para que nós possamos chamar o poder público, a Prefeitura e também as comunidades que foram ou estão sendo atingidas por esse problema nos últimos anos. Quero aqui, da tribuna, estender o convite aos demais vereadores, mesmo aqueles que não integram formalmente a COSMAM, para que participem; e, se têm algum conhecimento das comunidades que

foram atingidas ou vêm sendo afetadas pelo problema, que também as mobilizem, as suas lideranças, as suas referências, para que participem. Como eu disse, é a oportunidade para que o DMAE também esclareça a situação, faça uma projeção dos investimentos. Existe o Plano Municipal de Saneamento Básico, existe a perspectiva da parceria público-privada. Aí, é importante que se faça sempre a correção – o fiz na sessão da última segunda-feira: parceria público-privada pode ser feita sob diversas modalidades, Ver. Mauro, e a principal delas é aquela que garante o controle público sobre a gestão do saneamento, Ver.^a Mônica, porque, nos moldes em que deve ser feita uma PPP para que se amplie ou se qualifique o saneamento em Porto Alegre ou para que se ampliem os índices de tratamento de esgoto, não tem que extinguir carreira de servidor vinculado ao DMAE, muito menos fazer a venda do patrimônio público que, ao longo dos anos, foi sendo construído. Então quero fazer o convite para essa reunião da COSMAM, na próxima terça-feira, às 10h, no Plenário Ana Terra, sobre a falta de água.

Por fim, quero aqui fazer um relato da visita que fiz hoje pela manhã à sede do viveiro municipal da Lomba do Pinheiro. No mês de janeiro, a imprensa, alguns servidores públicos e a sociedade civil organizada denunciaram as condições precárias e o abandono do viveiro. Hoje, nós fomos conhecer a situação, Ver. Conceição, porque Porto Alegre é uma das capitais mais arborizadas do País: nós temos 1,2 milhão de árvores somente nas vias públicas, isso sem falar naquelas que estão nas propriedades particulares. Lá, nós vimos um cenário de total abandono. Há um ano, o viveiro está sem energia elétrica. Além disso, 90% das mudas nativas, Ver. Prof. Alex, que estão na estufa – a única que existe lá – estão mortas. Boa parte das mudas que são cultivadas em outros espaços do viveiro ainda sobrevive. Equipamentos como caminhões e tratores estão lá, atirados, e não há uma resposta concreta sobre o que será feito ou qual o destino do viveiro. Bom, qual a nossa proposta, a partir da visita que foi feita, e aqui eu quero comunicar aos colegas Mauro Pinheiro, que lidera o governo nesta Casa, e o Ver. Moisés, que é o vice-líder do governo: nós encaminhamos essa proposta em duas frentes. A primeira delas é salvar as mudas, pois pode vir a ocorrer com elas o que já aconteceu com as que estão lá – morrerem. Também estamos convocando, vamos convidar setores da sociedade civil organizada que têm interesse, para fazer o plantio dessas mudas, não só na via pública, mas naquelas áreas de preservação permanente, as APPs que existem, em praças, e também outras regiões da Cidade. E os vereadores também devem participar, é um movimento pela Cidade, que vai salvar a vida dessas árvores. Segundo, do ponto de vista de reforma estrutural, de retomada de funcionamento do próprio viveiro, nós vamos fazer uma reunião da COSMAM para debater o assunto, para que a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade se manifeste, para que nós também possamos chamar, não sei se DIP ou CEEE para esclarecer o por que não se tem mais lá...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): ...Então, para concluir, Sr. Presidente, para que se esclareça pelo DIP ou pela CEEE por que não se tem energia elétrica; o porquê do prédio que era destinado para o banco de sementes, que era feita a coleta das sementes das espécies nativas já plantadas, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também não estar sendo utilizado. Enfim, o viveiro é municipal e é um patrimônio da Cidade, e muito mais do que cultivar mudas que venham a ser plantadas, pode também ser um instrumento importante de promoção da educação ambiental e de promoção da preservação do ambiente urbano em Porto Alegre.

Então, acredito que muito mais do que lançar luzes sobre o problema, nós queremos buscar soluções. Eu tenho certeza de que o Executivo e as entidades serão parceiras nessa direção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Muito obrigado, Ver. Pujol, que preside esta sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TV Câmara. Mais uma vez, volta a discussão sobre a falta de água na Cidade de Porto Alegre, Ver. Bosco, Ver. Robaina, os vereadores continuam o debate sobre esse assunto, um assunto realmente importante, porque famílias sofrem com a falta de água. Assisti, ontem, a uma manifestação do nosso prefeito municipal Nelson Marchezan, na Associação Comercial, onde ele falava que o ideal seria – pelos erros que foram cometidos ao longo dos anos, de não investimento na Cidade de Porto Alegre, hoje temos um problema que não se resolve com um passe de mágica de um dia para o outro – que pudéssemos dividir essa falta de água com todos os bairros de Porto Alegre, mas infelizmente o sistema não nos permite desviar a água que vai para o Moinhos de Vento ou para o Menino Deus para a região da Lomba do Pinheiro ou para o Extremo-Sul. Mas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com certeza, está preocupada e está tomando medidas, tanto é que este é um dos governos que mais está investindo em água nos últimos anos. Nós não vamos resolver com contratação de mais pessoas, pode até algumas pessoas estarem fazendo falta, mas a sua grande maioria não é o grande problema da falta de água no Município de Porto Alegre. É trabalho, sim, de um vereador de oposição procurar o Ministério Público de Contas, é trabalho também do Ministério Público abrir uma inspeção para ver o que realmente está acontecendo. O governo não tem nenhum problema de responder e de ser avaliado quanto à falta de água, e acho que tudo isso é republicano, é importante e faz parte do sistema. Mas eu continuo dizendo que o grande problema da falta de água, na minha visão e na visão do governo, não é a de pessoal, porque é muito simples dizer há anos tínhamos três mil

funcionários, agora temos dois mil, mil, e que faltam tantos mil funcionários. Nós sabemos que existe também a evolução dos processos e equipamentos, coisas que se faziam manualmente, hoje, pela evolução, não só no DMAE, mas também no mundo inteiro, as pessoas são substituídas por máquinas. Então, a gente tem que ver com calma se pessoas não foram substituídas por equipamentos, por máquinas, que hoje nós precisamos de menos pessoas. Aqui, mesmo, na Casa, em anos anteriores, nós tínhamos 40, 50 motoristas, hoje, temos menos motoristas. Então, não quer dizer que o serviço da Casa não está funcionando porque diminuiu o número de motoristas, antigamente, tínhamos mais taquígrafos do que temos hoje, e a Casa continua funcionando. Então, não é o organograma que nós tínhamos anteriormente que vai dizer que está faltando e, por isso, está faltando água. A água falta porque não foram feitos investimentos em obras necessárias à cidade de Porto Alegre. Ontem mesmo, falei que, em 2013 e 2016, foram sacados R\$ 260 milhões do dinheiro do DMAE para passar para o Município, e esse recurso, hoje, faz falta. Também continuo falando que, na minha opinião, a grande saída para nós resolvermos os problemas de saneamento e de água em Porto Alegre são as parcerias público-privadas. Se nós não fizermos, não há condições de fazer investimentos não só na água como em todo o Município. Há muitos anos que o Município não consegue fazer investimento a não ser através de financiamentos. Se nós realmente queremos avançar, nós temos que buscar esta nova fórmula, que são as parcerias público-privadas. Não só no DMAE, mas em toda a Cidade, isso é, na minha opinião, a solução, assim como a Câmara Municipal de Porto Alegre também terceirizou serviços. Nós queremos transformar o serviço em serviço público e não somente em serviço estatal. Muitas vezes, o serviço estatal não quer dizer que é público. A gente precisa mesmo é que o serviço de água seja público, que a água chegue nas casas, mas a fórmula talvez não seja a forma tradicional que se usou por longos anos. Talvez, se se continuar fazendo a mesma coisa, a situação continuará do mesmo jeito, se não inovarmos e buscarmos novas formas, não chegaremos a lugares diferentes. Eu acho que o debate que nós temos que fazer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): ...um novo debate para buscar novas formas, para que a gente possa prestar um bom serviço público à nossa cidade de Porto Alegre, independente de ele ser com pessoas contratadas por parcerias público-privadas, contratadas por terceirizadas ou por concurso público. Esse é o debate que nós temos que fazer urgentemente nesta Casa, e parece que a população tem buscado governos que pensam dessa forma, e não governos que pensam em estatizar cada vez mais. Hoje o Município de Porto Alegre tem um grande déficit previdenciário, e recursos do Tesouro são utilizados para pagar a previdência de servidores que se aposentaram, em vez de fazer investimentos. Dessa forma, nós temos uma parcela

menor que fica com o dinheiro público, ao invés de 1,5 milhão de habitantes. Esse é um debate que nós queremos fazer ao longo deste ano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Reginaldo Pujol, presidindo os trabalhos, vice-presidente da Casa e futuro presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero me referir a alguns aspectos, iniciando pela questão do DMAE, que é um tema bom. Confesso que – não é uma crítica, é uma observação –, se perguntarem quem é o diretor do DMAE, eu não sei, não conheço. O DMAE era uma potência; o secretário ou o diretor do DMAE tinham uma prerrogativa, tinham um status maior, independente de governo. Isso não existe mais e é ruim para a Cidade. O DMAE está descapitalizado e num nível muito baixo de direção, não de secretaria – isso é ruim para a Cidade. Quero que me avisem, quando vier a esta Casa, o diretor do DMAE, quero conhecê-lo. A Cidade precisa conhecer quem é o responsável pelo DMAE, e isso também é bom para os vereadores, senão, todos dizem: “O DMAE não faz isso; o DMAE não faz aquilo”, e a prefeitura esperneia daqui e se defende dali. Nós queremos ajudar, mas não posso nem julgar, porque não estou reconhecendo o DMAE; era uma potência e hoje é quase uma autarquia que não funciona. O DMAE tem alguns atributos e isenções, como Cofins, de onde pode buscar dinheiro. Estou de acordo e dou razão àqueles que dizem que, quanto mais se desmoraliza o DMAE, mais se quer privatizá-lo. Então, deixo bem claro aqui que não sou contra as privatizações, mas sou contra, como é o caso do DMAE, Corsan – dinheiro na boca do caixa – e Banrisul, nosso grande banco que favorece todo Rio Grande, a pecuária, a agricultura, a construção civil, enfim, o micro, o médio, o pequeno produtor, o comerciante... Quer dizer, cada caso é um caso. Estão falando no Estado, na CEEE. Há muito tempo já privatizaram o filé, deixaram a carne de pescoço. Não sou nem contra nem a favor, cada caso é um caso para mim, analisando as circunstâncias.

Quero parabenizar o Ver. Janta que ontem teve a coragem, aqui nesta tribuna, de dizer que o seu presidente, Paulinho da Força, fez um fiasco. Eu assisti toda a votação, quando o Paulinho da Força chegou ao plenário para falar com o Renan e à noite pintou aquela questão da liminar em relação à votação fechada no Senado.

O Janta hoje meio que se atrapalhou aqui; ontem foi bem, hoje foi mal, misturou o governo anterior com o atual. Acho que ele estava falando da educação do governo anterior, porque este nem começou ainda, embora eu possa fazer uma crítica. Votei no Bolsonaro, estou torcendo por ele, vai ser um grande governo, mas o Ministro da Educação não pode falar como ele falou, com uma linguagem chula. Tem que ter alguém dentro do governo para dizer que ele deve parar de falar bobagem, está atrapalhando. O governo vence a Câmara sábado, vence o Senado domingo; o Moro, melhor Ministro, faz um pacote enxuto que a maioria da sociedade está aprovando; no

outro dia, o Ministro da Educação fala um monte de bobagens, se mete em assuntos que não têm nada pertinentes à sua questão. É assim que se estraga o governo. Alguns incapazes falam bobagens e acabam tirando toda a manchete boa. E olha que a imprensa esquerdista gosta de uma crítica que não fazia contra o outro governo, aceitava...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...Então, nós temos que torcer que o governo acerte. Por mais que a gente critique, se vai mal o governo do Município, todos nós perdemos; se vai mal o governo do Estado, todos nós perdemos; se vai mal a União, todos nós perdemos. Mas a nossa crítica é bem-vinda para que nós possamos corrigir esses defeitos. Então eu quero salientar a importância do DMAE em Porto Alegre. Da forma com que estão tratando o DMAE, Ver. João Bosco, é uma questão muito triste para o cidadão porto-alegrense.

Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h24min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0708/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o art. 49 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo que o processo será distribuído à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer e, após, será distribuído, conjuntamente, para todas as Comissões Permanentes relacionadas à matéria, que farão a análise simultânea do processo, cumprindo os respectivos prazos processuais.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão, em 2ª sessão, o PR nº 014/18. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente. Colegas, subo aqui à tribuna apenas para explicar, principalmente para os novos Vereadores, que essa foi uma proposição que discutimos no ano passado, quando foi apresentada. Inclusive temos à Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização; enfim, conversamos um pouco sobre isso. Nós temos analisado o tempo que os projetos dos Vereadores demoram para transitar nesta Casa, inclusive alguns demoram meses e meses antes de estarem aptos a virem ao plenário. Então, é uma sugestão, uma proposição fazermos da seguinte forma: o projeto é enviado à Comissão de Constituição e Justiça; se a CCJ não acusar nenhum óbice jurídico, nenhum problema, que ele eletronicamente seja despachado simultaneamente para as comissões pertinentes, que não fique aguardando, por exemplo, caso tenha que passar por três ou quatro comissões, todo o prazo para fazer a relatoria da primeira comissão, depois todo o prazo para a relatoria da segunda comissão, todo o prazo da relatoria para terceira comissão – a gente economizaria um tempo. A gente gostaria que os Vereadores apreciassem – hoje é a 2ª sessão de discussão, temos que discutir o projeto em duas sessões – para, numa outra sessão, ter a votação. Então, quero deixar claro que hoje não é o dia da votação, mas eu gostaria de esclarecer aos nobres colegas que a intenção é aumentar a eficiência e reduzir o tempo para que possamos ter os projetos aprovados na Comissão de Constituição e Justiça, aprovados, simultaneamente, por outros colegas nas comissões pertinentes, habilitando, assim, o processo a vir ao plenário mais rápido, talvez, diminuindo em 50% o tempo de espera para trazer ao plenário, o qual, todos nós sabemos, é soberano na discussão e na decisão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 2ª Sessão, o PR nº 014/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Ver. Moisés Barboza, eu vou acompanhar a sua proposição. Eu acho que temos que ter o tempo necessário em todas as comissões, por exemplo, na CCJ, nos últimos dois anos, sob as gestões dos meus colegas que foram presidentes, agora com o Ver. Ricardo Gomes, a ideia é que em alguns momentos façamos o verdadeiro debate sobre o teor do projeto de lei, não somente a leitura do parecer, mas, quando necessário,

inclusive, reuniões prévias. O Ver. Cláudio Janta acompanhou, nesses últimos dois anos, a CCJ, e sabe que em alguns momentos nós chamamos os interessados para uma reunião prévia à discussão, leitura e votação do parecer, para que o parecerista pudesse ter elementos da sociedade civil. Acho importante que, depois da tramitação na CCJ, possa se discutir simultaneamente em todas as comissões. Mas quero alertá-lo para o seguinte: não se iluda, pois há alguns colegas vereadores que tem a péssima mania de sentar em cima de projetos, Ver. José Freitas, Ver. Alvoni Medina – isso é um descaso com o colega vereador. Havia, no passado remoto, um vereador aqui que todo mundo sabia: se bateu na comissão e ele era o relator, esqueça o teu projeto. É, isso acontecia. O Ver. Airto Ferronato sabe muito bem de quem estou falando, muito bem. Felizmente, não há mais nenhum vereador com esse comportamento desastroso. Mas, cuidado, vamos discutir com calma. Assim como eu disse, Ver. Moisés Barboza, que, às vezes, é necessário fazer uma discussão prévia na CCJ sobre a legalidade, acho que esse comportamento deve ser feito em outras comissões. Por exemplo, esse projeto que foi discutido anteriormente do colega Marcelo, que o Ver. Prof. Alex aqui levantou a discussão. Isso é um bom debate para fazer uma discussão na Comissão de Educação, para chamar antropólogos, filósofos, para debater a fundo essa questão do que é afinal de contas o estado laico. Esse é um bom debate. A Câmara aqui tem muita discussão no plenário, mas podia ter muito mais discussão nas comissões, como é na Assembleia Legislativa do Estado. Eu acredito que com o *modus operandi* que estamos vendo nesses primeiros dias aqui do ano, Ver. Carús, se vingar essa proposição e um certo grau de serenidade que se possa debater as coisas, vai melhorar. Nós vimos também a importância das comissões especiais, o Carús presidiu, o Pujol foi o vice, eu fui o relator da Comissão do Mobiliário Urbano. Eu dizia, antes, para a imprensa, que a Lei do Mobiliário Urbano, que foi assinada a redação final, ontem, na CCJ – que agora nós temos que ver o que o prefeito dirá –, foi fruto de uma ampla discussão na Câmara Municipal com a sociedade civil e com a participação do governo. Não tem mais desculpa para fazer veto, para amarrar, para enrolar, agora tem que ir, tem que ir de fato. Nós estamos aqui, portanto, Moisés Barboza, para dizer que vamos apoiar a sua proposição. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 014/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Reginaldo Pujol, que muito nos honra com a sua experiência, conduzindo os trabalhos na tarde de hoje; colegas vereadores, eu acho que esta proposição do Ver. Moisés Barboza vai ajudar muito não somente o trâmite dos projetos dos pares aqui da nossa Casa, mas, principalmente, vai ajudar muito a melhorar a imagem da nossa Casa. Como já foi dito aqui pelo Ver. Adeli, pelo Ver. Moisés, nós não vamos ver mais, em princípio, projetos ficarem nesta Casa por dois, três, quatro anos sendo discutidos em comissão por

comissão, e cada comissão querendo fazer uma audiência pública, cada comissão querendo fazer um encaminhamento. Então, depois de sair da CCJ, podemos dizer que os encaminhamentos serão quase que simultâneos e coletivos. Uma comissão, se quiser fazer uma audiência pública, fará em nome de todas as outras. Agilizará o trâmite dos projetos nesta Casa e principalmente vai melhorar o nosso trabalho em plenário, facilitando que, na reunião de líderes, os vereadores possam priorizar seus projetos. Eu acho que vão diminuir as reuniões conjuntas das comissões nesta Casa, em função de agilizar esse projeto, que, muitas vezes, nos leva a requisitar que sejam feitas as conjuntas para agilizar o trâmite, que muitas vezes depende de datas, por exemplo, quando queremos incluir no calendário homenagens ou alguma coisa assim. Então, Ver. Moisés, conte com o nosso apoio para ajudar a facilitar os trâmites na nossa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 014/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Pujol, nosso decano, que está, como diz o Ver. João Bosco Vaz, num treinamento intensivo, mas V. Exa. não precisa de treinamento nenhum, é mestre de ensinamentos e treinamentos.

Voltando ao projeto importante do Ver. Moisés Barboza, importante, inteligente e oportuno, é um projeto que começa em tempos em que se fala em desburocratizar o País, começamos por nós, sim, a desburocratizar a tramitação dos projetos. No momento em que V. Exa. propõe que os projetos sejam distribuídos simultaneamente na Comissão de Constituição e Justiça e nas demais comissões, nós teremos a celeridade necessária e a inteligência necessária também, e, assim, nenhuma comissão acabará trancando o tempo da outra comissão e, principalmente, o tempo do projeto. Então eu fiz questão de vir à tribuna para dizer que este projeto é importante pelo que ele representa, para começarmos nós mesmos a pedir celeridade nos processos e até mesmo nos nossos projetos aqui na Câmara de Vereadores. Parabéns, Ver. Moisés Barboza, que apresentou, no momento oportuno, no início do ano legislativa, para votarmos esse projeto. É muito bom começarmos por um projeto inteligente como este. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 014/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Inicialmente eu gostaria de dizer ao autor do projeto, o Ver. Moisés Barboza, que o projeto me é bastante simpático. Eu acredito que organizar os nossos processos

internos para dar celeridade às nossas práticas, aos nossos trabalhos é algo bem-vindo. Mas eu pedi a inscrição justamente para abrir um ponto, para que a gente possa gerar uma certa discussão no sentido de que essa tramitação simultânea em todas as comissões vai requerer um grau de articulação entre as comissões muito maior.

No momento em que um projeto está tramitando e vai passando pela CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH, COSMAM, tudo ao mesmo tempo, nós precisaríamos elaborar audiências públicas, e essas audiências precisam que as presidências das comissões, que as próprias comissões estejam em sintonia e em harmonia para conduzir juntas esses processos, a fim de produzir debates, que é o que, muitas vezes, nós precisamos nesta Cidade – trazer o público para participar, trazer as entidades da sociedade civil para contribuir nas nossas discussões. Isto o povo cobra muito de nós, parlamentares: que o povo não é chamado, que o povo não é consultado, que o povo não fica sabendo dos trâmites de algumas coisas. E esse aceleração, muitas vezes, pode não permitir que, quando a população, às vezes, se passa ou perde uma discussão numa das comissões, ela tenha a possibilidade de participar da discussão numa comissão posterior.

Então, nós precisaríamos estabelecer regras ou organizar melhor a nossa comunicação, os setores que se comunicam diretamente com a sociedade, justamente para tornar públicas essas informações, para que nós não sejamos cobrados pelo viés da aceleração indevida de projetos. É só um dos aspectos que eu destaco, mas me parece bastante importante a sua proposição, a sua preocupação em otimizar o tempo, otimizar os recursos empenhados nesta Casa Legislativa, me é bastante simpática a ideia. Eu só coloco esse ponto para discutirmos: se nós não seremos cobrados pela população por conta da aceleração demasiada de certos projetos importantes, que deveriam ter um pouco mais de debate, um pouco mais de aprofundamento e uma muito maior articulação entre os espaços e órgãos internos desta Casa Legislativa.

Deixo esse ponto aqui, para que possamos avançar no discurso e não atropelemos algo, não coloquemos para a sociedade algo que não lhe é bem-vindo, mas parabéns V. Exa. pela iniciativa, acredito que nós precisamos caminhar neste sentido: desburocratizar, agilizar os processos, mas precisamos estar em sintonia com os desejos da sociedade – transparência, clareza e publicidade devem ser também nossos norteadores. Um grande abraço e parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 014/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver. Reginaldo Pujol, na condução dos trabalhos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e também nas galerias. O projeto do Ver. Moisés Barboza é inteligente. É comum, e hoje na reunião de líderes falamos que, nos finais de ano, normalmente, se utiliza de instrumentos regimentais para acelerar a tramitação de

alguns projetos. E muitas dessas possibilidades são a reunião conjunta das comissões e a urgência do art. 81 do Regimento, que, após 45 dias de tramitação e com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, traz o projeto para a Ordem do Dia, quando pode ser então priorizado. Acredito que esse projeto, que preserva o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é justamente aquela comissão que estabelece se o projeto tem a outorga de poder tramitar, enquanto procedimento legislativo do Município de Porto Alegre nesta Câmara. E vai, sim, fazer com que uma mesma matéria transite em todas as comissões ao mesmo tempo. Já houve situações de projetos tramitando nesta Casa, que eu relatei em uma comissão e, no ano seguinte, quando troquei de comissão, ele veio a tramitar na minha outra comissão. Sabemos bem que um projeto...

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): ...Nem pode, Ver. Cláudio Janta, fazer o relatório em duas comissões. Mas é o exemplo de como as coisas acontecem ou aconteciam... Ainda acontecem, pois o projeto que mudará o Regimento ainda não foi aprovado. Mas isso vai facilitar, pois a proposta, tramitando na Casa, o conjunto da Casa poderá analisá-la ao mesmo tempo. É muito comum um projeto passar numa das comissões e levar seis, sete, dez meses ou um ano para vir ao plenário. Realmente, com a quantidade de projetos e assuntos que tratamos aqui, temos de ir lá reestudar o projeto.

Então, nesse segundo período de discussão, depois teremos a votação para a alteração do nosso Regimento, quero dizer que, mais uma vez, Ver. Moisés, o projeto é muito inteligente e com certeza vai trazer muitos benefícios do ponto de vista do aprimoramento da discussão, para que o conjunto dos vereadores possa, no conjunto das comissões, depois do parecer final, fazer a discussão ao mesmo tempo – logicamente naquelas comissões pelas quais o projeto tramita, porque os projetos, necessariamente, não tramitam em todas as comissões.

Então, parabéns pelo encaminhamento do projeto, acredito que, com a sua aprovação e alteração do Regimento, teremos uma qualificação da tramitação do procedimento legislativo na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. Obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para discutir o PR nº 014/18.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Pessoal da Mesa, todos os que estão nos assistindo pela TVCâmara, quero dar os parabéns ao Ver. Moisés Barboza por este projeto, PR nº 014/18, que viabiliza e acelera os processos na Câmara, já que nós temos, e faço coro, uma solicitação da população para que seja, o mais rápido possível, tirado todo esse excesso de burocracia, que isso comece aqui pela Casa. Então,

faço coro com todos aqueles que estiveram aqui antes de mim falando sobre este projeto, quero dizer que estou junto com esse projeto e quero dar parabéns ao Ver. Moisés Barboza por essa alteração que viabiliza, agiliza os processos aqui da Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Está encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PR nº 014/18.

Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria dos vereadores Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Karen Santos, ao PLCE nº 012/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0857/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/18, que altera os *capita* dos arts. 41, 42, 43 e 44 e o parágrafo único do art. 44 e inclui o parágrafo único ao art. 41, todos da Lei Complementar nº 284 de 27 de outubro de 1992, atualizando o Código Municipal de Edificações de Porto Alegre, no que tange o uso de materiais, permitindo aprovação de projetos inovadores, uso de containers e revoga os incs. I e II dos arts. 41, 43 e 44 da Lei Complementar nº 284 de 27 de outubro de 1992.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCE nº 012/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Nós estamos discutindo agora a questão da alteração do Código Municipal de Edificações de Porto Alegre proposta pelo Executivo. O que eu posso dizer sobre a amplitude deste projeto de lei é que não há grandes problemas, visto que a maior parte dos dispositivos legais e dos artigos que o projeto de lei contempla fala em adequação ao que é exigido pelas normas brasileiras. Nós, da bancada do PSOL, tomamos cuidado

e, hoje, pela manhã, elaboramos duas emendas a esse projeto de lei. Eu gostaria de um pouco da atenção dos vereadores, porque não é minha intenção pedir destaque a essas duas emendas, para que nós possamos acelerar um pouco a tramitação e a votação desse projeto na tarde de hoje.

Nós propusemos aqui duas emendas: à primeira delas cabe corrigir uma parte do projeto de lei que vem do Executivo que determina a responsabilização do engenheiro que assina a obra. Nós acreditamos que deve ser corresponsabilizada por quaisquer problemas eventuais a pessoa jurídica que está envolvida na construção do empreendimento também. Ver.^a Mônica Leal, nós tivemos, recentemente, uma grave tragédia no Brasil com a ruptura da barragem da Vale no Município de Brumadinho. Os procedimentos, as investigações estão apontando a culpabilização apenas do quadro de engenheiros dessa empresa, mas nós acreditamos que a empresa também tem responsabilidade civil sobre o que aconteceu; portanto, a nossa cautela com relação justamente a esse aspecto. Não apenas o engenheiro responsável, que assina os laudos, que assina os estudos e que acompanha o empreendimento, mas também a empresa precisa ser corresponsável. Isso fará também com que empreendedores do Município de Porto Alegre tenham maior cautela, maior zelo em contratar um quadro técnico responsável e qualificado.

A segunda emenda é uma emenda que eu propus para os colegas. Aqui, está especificado que se abre a possibilidade da utilização de contêineres no Município de Porto Alegre, o que o Código de Edificações atual não prevê. Nós entendemos que esse tipo de modalidade está sendo cada vez mais difundida. Eu andei, durante o nosso recesso, por algumas cidades em Santa Catarina e vi que empreendimentos como esses, utilizando contêineres, estão se popularizando. Não temos contrariedade, porém colocamos uma emenda que determina, Ver.^a Mônica, que os contêineres utilizados para empreendimentos de educação e saúde devem ser climatizados, proibindo a utilização de contêineres para serviços de educação e saúde se não forem climatizados. Ou seja, nós não estamos proibindo a utilização desse novo recurso, desse novo material, mas todos nós sabemos que a utilização de contêineres exige ar-condicionado, porque, no interior dessas estruturas, durante o inverno, aquilo vira um *freezer* e, durante o verão, uma assadeira. Portanto, para serviços de educação e saúde, a utilização de contêineres deve ter obrigatoriamente a climatização em seu interior.

São essas duas emendas que a Bancada do PSOL propõe e pede que sejam analisadas e aceitas pelo conjunto de vereadores desta Casa Legislativa. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 05 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 05 **ABSTENÇÕES**.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 134/18 e do PLL nº 104/18. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1299/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Antônio César Peres da Silva.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 134/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1168/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/18, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Edir de Quadros.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Tarciso Flecha Negra: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 14-11-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 104/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 103/18 – (Proc. nº 1406/18 – Ver. Cassio Trogildo) – requer a constituição da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Zona Rural do Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 103/18. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A proposta apresentada pelo Ver. Cassio Trogildo é importante para que possamos aproveitar o máximo possível para termos, de fato, uma valorização da zona rural. Nós somos uma Cidade que tem desassistido o aspecto da produção local, da produção rural. Do nosso ponto de vista, tem muita importância tratar de valorizar a pequena propriedade, o pequeno proprietário; tratar de fazer com que haja uma relação entre o pequeno proprietário, o pequeno produtor rural com o serviço público de um modo geral, com a Cidade mesmo;

tratar de garantir que haja uma política de valorização das feiras, que haja um aproveitamento da produção rural local nas escolas, nos locais de trabalho. Evidentemente, isso requer um planejamento. Então, nós apoiamos a ideia de formar uma frente parlamentar para discussão e apoio à produção rural. Achamos que a ideia da frente parlamentar, se ela se materializa em discussões, em elaborações, é muito útil para a Câmara.

Sabemos que, às vezes, nós temos muitas frentes funcionando simultaneamente, dificultando a participação de todos, mas acreditamos que é um bom mecanismo para poder aprofundar a elaboração. Acreditamos que a valorização da zona rural é importante, também a tentativa de articular a pequena propriedade, a pequena produção com as escolas, com as creches, de tal forma que se consiga, de fato, ter uma demanda real para essa produção. A Zona Sul da nossa Cidade sempre teve tradição em relação a isso. Acreditamos que, do ponto de vista ecológico, do ponto de vista ambiental, é muito importante esse patrimônio da Cidade, essa capacidade da Cidade de ter produção rural, mas é evidente que produção rural tem que ser pensada, planejada e apoiada. Por isso nós vamos apoiar a proposta do Ver. Cassio Trogildo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/18, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Mônica, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara e também nas galerias. Nós estamos propondo a constituição de uma frente parlamentar que vai tratar, Ver. Tessaro, do desenvolvimento da zona rural do Município de Porto Alegre, desenvolvimento sob todos os aspectos. Ver.^a Lourdes, nós trabalhamos, quando da constituição da nova zona rural, com uma comissão especial. E acredito que tenha sido um trabalho muito importante nesta Casa, justamente para entender o que significava, lá em 2015, a proposição do retorno da zona rural para a nossa Cidade, a constituição de 8,26% do nosso território, que já era, pelo Plano Diretor, a zona da produção primária, que então retornou como zona rural. E, lá no trabalho da comissão, verificamos que isso realmente se fazia necessário sob alguns aspectos, principalmente em relação aos criatórios de animais, que só são permitidos pela legislação estadual nas zonas rurais. Então, nós tínhamos criatórios na nossa zona rural que não podiam ter o licenciamento, Ver. Oliboni, porque não tínhamos a zona rural em Porto Alegre. Diferentemente do que acontece no interior, porque, normalmente, o interior do Estado delimita a zona urbana. E, fora da zona urbana, tudo é zona rural, aí, então, pode a produção primária.

Nós tivemos aqui, quando do encaminhamento da restituição da zona rural, a proposta, e não foi aprovada naquele momento, de que ela se tornasse – Ver. Paulinho Motorista, que mora ali em Belém Novo – um território urbano no meio da zona rural hoje de Porto Alegre, mas tivemos a proposição de que ela se tornasse livre de

agrotóxicos. E eu encaminhei um projeto independente, que foi aprovado, e nós temos até 15 anos, então, para que a nossa produção primária de Porto Alegre, Ver.^a Lourdes, seja completamente livre de agrotóxicos. Nós temos cerca de 500 propriedades em Porto Alegre, e mais ou menos 50 delas, ou seja, 10%, já tem produção agroecológica. Mesmo sendo 8,23% do território, pode parecer pequeno, é um território que, se não tiver o desenvolvimento da sua vocação – e digo mais –, se não desenvolver uma cadeia produtiva para que os produtos lá gerados possam agregar valor e manter as pessoas lá produzindo, nós teremos o desinteresse pela produção primária naquele território, e, com certeza, as pessoas abandonarão essa produção primária. Aí, então, haverá a ocupação informal, aquela que é a mais cara na organização da Cidade, uma ocupação populacional sem nenhum planejamento, e, depois, para a regularização disso, para levar os serviços de infraestrutura e tudo mais, acaba sendo muito mais caro.

Então, é isso que nós estamos propondo para essa frente parlamentar, que vai tratar do desenvolvimento da zona rural de Porto Alegre, desenvolvimento aqui estabelecido como a sua vocação, que é a produção primária, a produção de animais, de alimentos. Nós temos produção de alimentos muito próxima da Cidade, e isso é uma virtude que a nossa Cidade tem, além da proteção ambiental também, e uma vocação direcionada para o turismo rural, que também precisa ser desenvolvido, e é isso que gostaríamos de desenvolver na frente parlamentar. E já convido todos os vereadores que quiserem se somar à frente. Logicamente, de forma alguma, trabalharemos em separado ou disputando, Ver. André Carús, com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente; a nossa ideia é de que o trabalho seja complementar ao trabalho que a nossa Comissão de Meio Ambiente realiza aqui nesta Casa. Muito obrigado. Solicito a aprovação dos colegas, para que possamos ter esse espaço de discussão e trabalho, para fins de proteção e desenvolvimento da nossa zona rural de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde. Eu subo à tribuna em encaminhamento pelo meu partido, o PSOL, portanto falo em nome da Ver.^a Karen e do Ver. Roberto Robaina, para saudar a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo. A proposta de fazer um enfrentamento e uma discussão a respeito da zona rural do Município de Porto Alegre é fundamental não apenas para a produção primária, não apenas para desenvolvimento de hortaliças, frutos e criação de animais, mas também sob aspecto de preservação de natureza. Nós sabemos que esses espaços apresentam uma alta taxa de permeabilidade do solo, importante para manutenção do clima, preservação e depuração das águas. A zona rural também tem importante papel na manutenção das condições de temperatura e umidade na nossa Cidade.

Mas infelizmente o chamado progresso, vamos colocar entre aspas, da construção a qualquer custo, o desenvolvimento de pavimentação e cobertura do solo

tem feito a nossa Cidade ferver. Este verão foi excessivamente quente. Talvez todos que tenham ficado, pelo menos uma semana, neste janeiro em Porto Alegre, perceberam que a sensação térmica está insuportável. A nossa zona rural é uma ilha de manutenção de uma condição climática minimamente adequada para a nossa sobrevivência. Eu acredito que nós, cidadãos moradores do Município de Porto Alegre, precisaríamos também aprofundar o debate a respeito do tipo de prática que é realizada na nossa zona rural, incentivar os nossos produtores a uma agricultura cada vez mais afinada com a preservação da natureza. Talvez muitos não estejam acompanhando, mas nós temos um grave problema no nosso Estado e em todo o Brasil, nós temos uma mortalidade enorme de abelhas aqui no Rio Grande do Sul. As abelhas não são importantes apenas para a apicultura, produção de mel e outros derivados; as abelhas são os principais agentes polinizadores para uma grande variedade de frutos. A mortalidade desses animais vai prejudicar de forma drástica a produção frutífera no nosso Estado. Mas, quando um ambientalista ataca o uso desenfreado de pesticidas, de agrotóxicos... Agora os ditos defensores do agronegócio, que teimam em chamar de fitossanitários os agentes que defendem a saúde dos vegetais, mas dizem animais, estão prejudicando inclusive a produção agrícola. O agronegócio também depende da produção de frutos, e esses frutos dependem dos agentes de polinização que tem, nas abelhas, um dos principais veículos de transporte de grãos de pólen. Eu acredito que a Frente Parlamentar que defende a zona rural precisa também debater temas como esse. Votaremos favoravelmente e apoiaremos essa iniciativa, Ver. Cassio Trogildo, que presidirá essa frente, e esperamos encontrar esse tema também dentre os debates para a nossa zona rural. Precisamos que a produção, precisamos que o produtor rural do nosso Município esteja afinado com a preservação da qualidade da saúde ambiental, acima de tudo, porque alimento saudável se reflete na saúde da população e da natureza. Portanto, as gerações futuras vão nos agradecer. Um grande abraço a todos e parabéns pela iniciativa, Ver. Cassio Trogildo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, inicialmente quero cumprimentar o Ver. Cassio Trogildo por essa iniciativa de criar a Frente Parlamentar da Zona Rural de Porto Alegre, que ainda é o que está sobrando devido ao desenvolvimento que tivemos nos últimos anos em todo o Extremo-Sul de Porto Alegre. A importância dessa frente fez com que eu viesse aqui me manifestar, porque, dentro dessa região, além da necessidade do desenvolvimento do pequeno produtor rural, temos muitas situações de animais – principalmente de pequeno porte – necessitando de alguns tratamentos especiais, sobretudo porque lá se desencadeou uma das doenças mais raras, que, por desconhecimento, acabou levando a óbito seis pessoas, há dois anos, que é a

Leishmaniose, que é oriunda do mosquito palha – que muitas pessoas desconhecem. Então, o animal é contaminado e, após isso, vai contaminando outros animais. Observamos que essa é uma área que, por ser rural, fica à parte de qualquer atendimento na saúde animal. Isso é necessário, tendo em vista o desenvolvimento dos empreendimentos que estão se aproximando, cada vez mais, dessa área nativa, que o Ver. Prof. Alex Fraga bem sabe, pois é biólogo. E também pela preservação, pois é uma região tão importante, onde tem os Caminhos Rurais, onde se tem uma satisfação por estar tão perto da cidade e circular nessa região, que deve ser preservada.

Farei um esforço para integrar essa frente, fazer parte, porque queremos acompanhar o que será feito. E a nossa preocupação não é só com o animal de pequeno porte, mas também com os de grande porte. E aqui eu destaco o caso dos animais de tração, que são os cavalos. E não adianta nos telefonar pedindo para retirar de circulação esse tipo de transporte do local, porque isso só vai ser possível quando nós mecanizarmos, modernizarmos a pequena agricultura. E têm muitos equipamentos hoje que dependem de investimentos, de financiamentos para dar mais conforto ao trabalhador do pequeno negócio. Então, nós queremos, sim, retirar as carroças, as carretas, mas, para isso, precisamos modernizar. E, para modernizar, mecanizando ou com outros tipos de utilização de equipamento, temos de dar essa atenção. E essa frente vai dar essa visibilidade, para nós podermos auxiliar, quem sabe, esses pequenos agricultores que nem sempre são tão pequenos. Nós temos também muitos haras, fazendas naquela região.

Então, vim me manifestar, primeiramente, por minha preocupação com os animais e para explicar às pessoas que nos procuram o porquê de ainda circularem carroças na região, o porquê de tantos animais na estrada, soltos. As cercas não são como na cidade, lá o animal circula, sai, anda pela beira da via, até provocando muitos acidentes. Por isso eu me manifestei e cumprimento, mais uma vez, a iniciativa do Cassio Trogildo. E queremos participar dessa frente parlamentar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/18.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente da Câmara, Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras, vereadores, público que nos assiste, quero encaminhar esse requerimento de frente parlamentar, Ver. Cassio Trogildo, que está de parabéns, justamente porque nós temos de dar uma atenção à zona produtora de Porto Alegre. Nós podemos ver, na Vila Nova, a exposição que ocorre, naquele local, dos produtos ali produzidos, também os vemos no Mercado Público e em diversos pontos de Porto Alegre.

Mas nós precisamos, pelo Município, dar um apoio melhor para essas pessoas que buscam renda familiar e empregam a sua família, muitas das famílias ali

têm sua única fonte de renda na agricultura. E nós precisamos, cada vez mais, preservar e auxiliar a agricultura, porque é a produção da nossa população.

É evidente, Ver.^a Lourdes, que nós temos que verificar também como fica a saúde animal, dos animais de todos os tipos, mas acho que se pode conciliar. Não significa que o desenvolvimento da área rural de Porto Alegre vá prejudicar o meio ambiente, principalmente no meio animal. Eu acho que se pode conciliar, sim, fazer adaptações de conciliação. É evidente que nós temos na Zona Sul, principalmente naquela região do Lami, do Belém Novo, o problema da tração animal, que há tantos anos se discute aqui nesta Câmara de Vereadores, e, ainda, de vez em quando, nós ainda assistimos na Cidade os nossos equinos conduzindo carroças. Aliás, nós vemos, em Porto Alegre, não só os equinos – não é, Ver. Paulinho Motorista? –, nós vemos as pessoas carregando carroça, dói muito a gente ver essas pessoas servindo de tração animal. Eu acho que nós temos que ter esse cuidado também com essas pessoas que estão tirando o sustento da sua família justamente conduzindo esses carrinhos em toda a nossa Porto Alegre.

Voltando à nossa frente parlamentar, o Ver Cassio está de parabéns, eu acho que nós temos que nos engajar nessa frente e chamar, nesta Câmara, as famílias produtoras de Porto Alegre, as famílias, como os Bertacco, que foram pioneiros na Vila Nova, começaram por ali, eles podem muito bem dar o exemplo da produção que ocorre naquela região, que começa na Vila Nova e vai até o Lami; do Belém Novo ao Belém Velho – no Belém Velho tem uma grande produção de uva. Então, nós queremos aqui compartilhar da sua ideia e dizer que nós, a bancada do DEM, estamos apoiando a sua ideia e a criação desta frente parlamentar, para que os trabalhadores da zona rural de Porto Alegre possam ter mais apoio do Município, para que as suas famílias tirem o seu sustento nesse setor. Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 103/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1101/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/17, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que altera o art. 156 e inclui o art. 156-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a participação da sociedade, por

intermédio do Conselho Municipal de Justiça e Segurança, no encaminhamento e na solução dos problemas atinentes à segurança pública e sobre as competências da Guarda Municipal na segurança pública.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver^a Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: “ Pelo exposto, somos pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, somos pela aprovação do Projeto, apreciado pela Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos, e Segurança Urbana e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente; e pela rejeição da Emenda nº 01, apreciada pela Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, pela Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente.”

Observações:

- com Emenda nº 01;
- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 17-12-18.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em discussão, em 1ª sessão, o PELO nº 004/17. Não há quem queira discutir. Está encerrada a discussão, em 1ª sessão, do PELO nº 004/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 305/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 305/17 por uma sessão. Estamos dando maior tempo para que o governo possa fazer o seu parecer a respeito desse projeto que visa dar mais transparência ao cálculo do IPTU e à arrecadação de IPTU, por cada um dos bairros. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0534/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/18, de autoria da Ver. José Freitas, que inclui § 4º no art. 2º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, e alterações posteriores, vedando a denominação de logradouros públicos e equipamentos públicos com nome de pessoa que tenha contra si ação julgada procedente em decisão transitada em julgado por crime de corrupção de qualquer espécie.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em discussão o PLCL nº 007/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, que preside os trabalhos, colegas vereadores e público que nos assiste. Esse projeto é bem simples, vedando a denominação de logradouros públicos e equipamentos públicos com o nome de pessoa que tenha contra si ação julgada procedente em decisão transitada em julgado por crime de corrupção de qualquer espécie.

Fica incluído no parágrafo quarto do art. 2º, da Lei Complementar nº 320, de 02 de maio de 1994, e alterações posteriores, conforme segue. Fica vedada a denominação de logradouros públicos e equipamentos públicos com o nome de pessoa que tenha contra si ação julgada procedente em decisão transitada em julgado por crime de corrupção de qualquer espécie. E nós só protocolamos esse projeto porque já existe em alguns Estados, tanto em nível estadual, como em nível municipal. Eu acho que fica muito chato, por exemplo, seja uma câmara municipal ou estadual, aprovar um projeto com o nome de logradouro público de uma pessoa que tenha o nome sujo.

No município de Campo Grande a proibição de denominação de ruas com o nome de pessoas envolvidas em corrupção é lei desde 2014, Lei nº 5.280. No Mato Grosso a iniciativa virou lei em 2016, lei estadual. No Ceará, lei que veda o batismo de vias ou prédios públicos com o nome de corruptos, torturadores, foi sancionada pelo

governador em dia 09 de janeiro de 2019. Em Salvador tramita do Ver. Alexandre Aleluia, do DEM, projeto que veda a denominação de ruas com nomes de ditadores, terroristas ou condenados por crimes de maior gravidade. Então, é um projeto simples, essa é a nossa intenção, para que não sejam batizados logradouros públicos com nome de pessoas corruptas. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. José Freitas fez um projeto, aqui nesta Casa, de muita relevância para a população de Porto Alegre. Na sua modéstia, disse que é um projetinho, mas é um projeto de extrema relevância, principalmente para as pessoas, para a dignidade, integridade das pessoas poderem saber onde moram, quem representa onde moram. Tenho certeza de que as pessoas teriam vergonha, no mundo atual, de dar alguns endereços, alguns endereços ficariam vergonhosos de dar. Se começar a elencar nomes aqui, vou ficar a tarde inteira falando, que poderão virar nomes de rua, é só as pessoas virem a óbito, alguém entra com uma proposta e vira nome de rua, teríamos aí a rua Michel Temer, rua Luiz Inácio Lula da Silva, rua Lava Jato, toda a tropa da Lava Jato lá, empresários, teríamos a rua Odebrecht e por aí afora. Além do que o senhor fala, de pessoas que tiraram vidas, ceifaram vidas.

Então, é de extrema importância, acho que isso dá uma dignidade para as pessoas, é que nem a pessoa morar na rua A, na rua B, na rua C. A gente sempre procura, quando são essas ruas irregulares, dar dignidade para as pessoas, eu acho que isso nós vamos estar dando e, principalmente, a discussão: por que se está tirando o nome dessa rua, por que se está negando o nome dessa rua, mantendo viva não a imagem de pessoas que fazem o bem, salvando vidas, promulgando leis, fazendo o bem, lembrando que é negado o direito de ter o seu nome numa rua, numa avenida, numa praça, num logradouro, por fazer mal à população brasileira, ao povo brasileiro. Esse mal é na corrupção, esse mal é na tortura, é ceifando vidas, como demos o exemplo aqui hoje: um milhão e cem mil estudantes foram tirados das escolas o ano passado, e o governo nada fez, e ainda acham que, quando vierem a óbito, teriam o direito de estar numa grande avenida, em grandes cidades, como a de Porto Alegre. Meus parabéns por esse projeto, vamos acompanhar o senhor votando a favor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores, ouvintes; eu queria trazer um abraço ao nosso José Freitas, vereador, pela iniciativa do projeto. Eu acredito que é de uma simplicidade bastante grande, mas que trará belos exemplos para a nossa Cidade. Esse projeto proíbe a denominação de logradouros e de equipamentos públicos com o nome de pessoas julgadas por crime de corrupção. E me permita, Ver. José Freitas, mais uma vez, dizer aquilo que eu tenho dito aqui no plenário: ladrão de dinheiro público, para mim, mata milhões de brasileiros por ano, e mata pela fome, miséria, falta de saúde e educação e mata também a esperança de outros milhões de brasileiros que vivem com enormes carências, enquanto os ladrões estão por aí raspando o dinheiro dos cofres públicos. Para mim, esses ladrões deveriam ter pena severíssima, porque, na verdade, esses crimes são bárbaros, são crimes que precisam de uma punição exemplar, o que não me parece – repito – que aconteça hoje.

Apesar das manifestações de que as coisas estão mudando, e até estão, acontece que esses corruptos e corruptores, que levaram bilhões dos cofres públicos, são julgados e punidos em oito, dez, sete ou seis anos, mas, com seis ou dez meses, estão em casa, e muitos deles na dura pena de andarem com a tornozeleira. As penas não podem ser regressivas e não podem ser diminuídas para esses crimes. Parece-me que anda bem o projeto nacional do nosso ministro, quando propõe o fim dessas reduções de pena. E quero dizer que o nosso ministro Moro também tem lá os seus problemas, porque mudou bastante de postura a partir do momento que assumiu o Ministério da Justiça, no Brasil.

Portanto, nós precisamos, sim, de propostas – nesse particular, cumprimento o Ministro Moro – para penas mais pesadas e sem a possibilidade de redução, porque – repito – ladrões de dinheiro público levam a esperança de milhões de brasileiros, homens, mulheres, adultos, crianças e idosos. Vamos votar favoravelmente ao projeto. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Gostaria de saudar a iniciativa do Ver. Freitas. Acho que é um projeto muito importante para a Cidade e que talvez tenha vindo muito tarde; esse projeto poderia ter sido feito muito tempo atrás, porque é um projeto muito meritório, extremamente relevante e pelo qual, inclusive, nós, vereadores, temos que agradecer. Faço questão de fazer essa menção, vereador, porque um projeto como este eleva a qualidade do Parlamento e nos poupa, inclusive, do constrangimento de, muitas vezes, termos nomenclaturas de logradouros e equipamentos públicos com nomes de pessoas que geram grandes polêmicas na sociedade e que, muitas vezes, por questões de divergência ideológica, acabam gerando um desgosto ou críticas ao Parlamento municipal.

Então, faço questão de parabenizar o Ver. Freitas por este projeto e, de antemão, declarar a posição do NOVO em favor da iniciativa deste projeto de lei, que, como eu falei, para além da divergência ideológica, para além do debate de quem tem razão nas ideias, uma pessoa com crimes cometidos, transitados em julgado, não têm que ser, de maneira alguma, homenageada, obviamente, por nenhum logradouro ou qualquer tipo de equipamento público. Então, parabéns, Ver. Freitas, conte com meu voto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Mauro, e parabenizar o vereador proponente deste projeto simples, mas objetivo. Quero dizer que a corrupção tem que ser banida deste País em qualquer circunstância. A pior coisa que tem – imaginem, nós aqui também podemos correr este risco – é colocar o nome de alguém e depois passar vergonha por isso. Nesse momento, saiu no Estadão: “Gabriela Hardt condena Lula a 12 anos e 11 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no sítio de Atibaia.” Portanto, Lula está fora dessa situação, o PT não vai correr mais risco, e ninguém mais vai se atrever a colocar o nome do Lula, que já está na segunda condenação e mais outras que virão, como, no caso, do Instituto Lula.

Vereador, parabéns pelo projeto, um projeto simples e objetivo. Nós não podemos correr risco – lugar de corrupto é na cadeia. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Cassiá Carpes fez uma provocação. Eu estava pensando, Ver. José Freitas, o favor que V. Exa. está fazendo para a bancada do PT, que não vai precisar fazer um projeto para dar o nome da rua de Luiz Inácio Lula da Silva, não vai conseguir dar o nome de José Dirceu, de Palocci e de muitos outros. E eu acho que também o Temer não vai ter o nome de rua. Nós vamos nos livrar – eu digo nós, os partidos, os partidários – da obrigação de homenagear os falecidos. Então o projeto do Ver. José Freitas libera, digamos assim, algumas bancadas de correrem o risco de homenagear grandes ladrões nacionais com nome de avenidas importantes. Nós temos cidades inteiras com nome de ex-presidentes, ex-ministros, ex-presidentes de Câmara de Vereadores. Em Minas Gerais, imaginem vocês, se o Aécio for condenado, também não vai poder colocar o nome no centro administrativo que ele construiu de Aécio Neves.

Ver. José Freitas, este projeto é muito importante, V. Exa. evita que Porto Alegre tenha o nome de Luiz Inácio Lula da Silva.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Visivelmente não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h01min.)

* * * * *